

8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Termo de Referência 155/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
155/2025	160171-8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	LUCAS SOUSA CASTRO	12/02/2026 09:36 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64046.00654/2025-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de pneus e baterias por menor preço por item, em sistema de registro de preços, com o intuito de atender as demandas administrativas e de vida vegetativa do 8º Batalhão de Engenharia de Construção e nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Entrega no Canteiro de Obras do Destacamento MATAPI, na Rodovia BR 156 AP Sul, Km 239 Laranjal do Jari/Macapá, distante 4,7 km da rotatória de interseção com a BR 210. Coordenadas Geográficas: LAT 0° 14'14.5" N LONG 51°08'32.1" O CEP:68908- 575 Macapá - AP.

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT MAT	QTD	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	PNEU 1000 R 20 DIRECIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1000 X 20, ÍNDICE DE CARGA 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 12,9 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DIRECIONAIS OU LIVRES, COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294170	80	R\$ 3.565,67	R\$ 285.253,60
2	PNEU 1000 R 20 TRACIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1000 X 20 ÍNDICE DE CARGA 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 19,7 MM, NÚMERO DE LONAS:16, PARA EIXOS DE TRACÇÃO , COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294170	160	R\$ 3.626,67	R\$ 580.267,20
	PNEU 1100 R 22 DIRECIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1100 R 22, ÍNDICE DE CARGA 150/147, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 16,5 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA				

3	EIXOS DIRECIONAIS, LIVRES OU TRACÇÃO MODERADA, COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294171	30	R\$ 6.794,33	R\$ 203.829,90
4	PNEU 1100 R 22 TRACIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1100 R 22, ÍNDICE DE CARGA 151/147, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 19,8 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DE TRACÇÃO , COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294171	10	R\$ 6.785,00	R\$ 67.850,00
5	PNEU 1100 R 22 TRACIONAL MISTO (UND) PNEU 1100 R 22, ÍNDICE DE CARGA 151/147, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 19,8 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DE TRACÇÃO , COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: MISTO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	292509	15	R\$ 8.644,33	R\$ 129.664,95
6	PNEU 295/80 R 22.5 DIRECIONAL MISTO (UND) PNEU 295/80 R 22,5 ÍNDICE DE CARGA (IC) 152/148; ÍNDICE DE VELOCIDADE (IV) K; CARGA SIMPLES/ DUPLO(KG) 3550/3150; ARO RECOMENDADO (POL) 9; ARO OPCIONAL (POL) 8,25; PROFUNDIDADE DOS SULCO 15,5 MM; PNEU NOVO LARGURA DA SEÇÃO +/- 2% (MM) 298; DIÂMETRO TOTAL +/- 2 1044. PARA EIXO LIVRE, TIPO DE SERVIÇO MISTO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	292509	50	R\$ 5.016,67	R\$ 250.833,33
7	PNEU 295/80 R 22.5 TRACIONAL MISTO (UND) PNEU 295/80 R 22,5 16 LONAS ÍNDICE DE VELOCIDADE (IV) K; CAPACIDADE DE CARGA 3550/3150; ARO RECOMENDADO 9; PROFUNDIDADE DOS SULCOS 26,2 MM; DIÂMETRO EXTERNO 1044.PARA EIXO DE TRACÇÃO, TIPO DE SERVIÇO: MISTO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	292509	100	R\$ 5.056,67	R\$ 505.666,67
8	PNEU AUTOMOTIVO 225/75 R16 MISTO PNEU AUTOMOTIVO, ARO 16, DIMENSÕES 225/75 R16, MISTO, CONSTRUÇÃO RADIAL, SEM CÂMARA, ÍNDICES DE CARGA 110/107 E VELOCIDADE S, PRODUTO NOVO, COM SELO DO IMMETRO.DOT 2024 OU SUPERIOR.	337421	20	R\$ 1.600,00	R\$ 32.000,00
9	PNEU AUTOMOTIVO 235/60 R16 PNEU RADIAL NOVO DE 1a LINHA, MEDINDO 235/60 R16, TUBELESS, CLASSIFICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A: 103 H, TREADWEAR 500, TRACTION A, TEMPERATURE A (INFORMAÇÕES ESTAMPADAS NO PNEU). DOT 2024 OU SUPERIOR.	292509	36	R\$ 1.526,67	R\$ 54.960,00
10	PNEU AUTOMOTIVO 265/70 R16, (ASFALTO/TERRA), SEM CÂMARA, RADIAL, DE PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, DENTRO DAS NORMAS DA ABNT. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	90	R\$ 1.460,00	R\$ 131.400,00

11	PNEU AUTOMOTIVO 265/80 R16 MISTO PNEU 265 80 R16 MISTO, (ASFALTO/TERRA), SEM CÂMARA, RADIAL, DE PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, DENTRO DAS NORMAS DA ABNT. DOT 2024 OU SUPERIOR	374947	36	R\$ 2.105,00	R\$ 75.780,00
12	PNEU 245/70 R16 111T, ALL TERRAIN ÍNDICE DE CARGA: 111 (1090 KG) – VARIÁVEL ÍNDICE DE VELOCIDADE: T (190 KM/H) – VARIÁVEL CAPACIDADE DE LONAS (PR): 6 LONAS PROFUNDIDADE DOS SULCOS: 11,0 MM CONSTRUÇÃO: RADIAL TIPO: SEM CÂMARA (TL) PESO: 16,8 KG DESENHO: AT – ALL TERRAIN TIPO DE TERRENO: ASFALTO / TERRA / USO MISTO TALA DA RODA / ARO APROVADO: 7.0J A 8.0J LARGURA DA SEÇÃO: 245 MM DIÂMETRO EXTERNO: 749 MM NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	20	R\$ 1.540,00	R\$ 30.800,00
13	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO PNEU 185/65 R 14. PNEU PARA VEÍCULOS DE PASSEIO, MEDIDA 185/65 R14, UTILIZAÇÃO EM EIXO TRAÇÃO/DIRECIONAL, EMPREGO EM PERCURSO MISTO (ASFALTO/TERRA), ÍNDICE DE CARGA/VELOCIDADE MÍNIMO 86T, SIMILAR OU SUPERIOR GOODYEAR ASSURANCE. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	24	R\$ 868,00	R\$ 2.832,00
14	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO PNEU 225/70 R16 PNEU DE 1ª LINHA, NOVO, RADIAL, SEM CÂMARA, FABRICADO DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS OU OUTRA DEVIDAMENTE REGULAMENTADA, COM O SELO DE INSPEÇÃO DO INMETRO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	264581	24	R\$ 1.960,00	R\$ 47.040,00
15	PNEU 275 80 R 22.5 DIRECIONAL MISTO (UND) PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, NOME PNEU 275/80 R 22.5, ÍNDICE DE CARGA 151/147, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 16,5 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DIRECIONAIS E LIVRES OU TRAÇÃO MODERADA, TIPO DE SERVIÇO: MISTO, ASFALTO E TERRA. NOVO. DOT 2020 OU SUPERIOR. PNEU - VEICULO AUTOMOTIVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	60	R\$ 4.016,67	R\$ 241.000,20
16	PNEU 275 80 R 22.5 TRACIONAL MISTO (UND) PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, NOME PNEU 275/80 R 22.5, ÍNDICE DE CARGA 151 /147, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 16,5 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DIRECIONAIS E LIVRES OU TRAÇÃO MODERADA, TIPO DE SERVIÇO: MISTO, ASFALTO E TERRA. NOVO. DOT 2020 OU SUPERIOR. PNEU VEICULO AUTOMOTIVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	180	R\$ 4.000,00	R\$ 720.000,00
	PNEU 265 75 R 16 (UND) PNEU 265/75 R 16, ÍNDICE DE CARGA 123/120, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 11MM, 8 LONAS, PARA EIXOS DIRECIONAIS E LIVRES OU				

17	TRAÇÃO MODERADA, TIPO DE SERVIÇO REGIONAL E URBANO OU RODOVIÁRIO, SEM CÂMARA, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	577	36	R\$ 1.723,33	R\$ 62.039,88
18	PNEU 17.5 X 25 TRACIONAL SEM CÂMARA COM SELO (PÁ CARREGADEIRA) (UND) PNEU 17.5 X 25, ÍNDICE DE CARGA 177, ÍNDICE DE VELOCIDADE A2, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 27 MM, SEM CÂMARA, NÚMERO DE LONAS: 16, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: L 3. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	30	R\$ 8.288,67	R\$ 248.660,10
19	PNEU 12.5/80 R 18 DIRECIONAL (RETROESCAVADEIRA DIANTEIRO) (UND) PNEU 12.5/80 X 18, ÍNDICE DE CARGA 135, ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, PROFUNDIDADE DE SULCOS DA BANDA DE RODAGEM NO MÍNIMO DE: 23 MM, NÚMERO DE LONAS: 10, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: R 4. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	24	R\$ 5.721,00	R\$ 137.304,00
20	PNEU 19.5 L X 24 TRACIONAL (RETROESCAVADEIRA TRASEIRO) (UND) PNEU 19.5 X 24, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, PROFUNDIDADE DOS SULCOS DA BANDA DE RODAGEM NO MÍNIMO DE 27 MM, NÚMERO DE LONAS: 12, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: R 4. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	24	R\$ 8.288,33	R\$ 198.919,92
21	PNEU 7.50 X 16 SEM CÂMARA (GRADE/ ARADO/ VASSOURA MECÂNICA) (UND) PNEU 7.50 X 16 (RADIAL), ÍNDICE DE CARGA 150/140, ÍNDICE DE VELOCIDADE L PARA GRADE DE DISCO, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	10	R\$ 2.370,33	R\$ 23.703,30
22	PNEU 4.10/3.50 X 6 SEM CÂMARA (EXTRUSORA) (UND) PNEU RADIAL NOVO 4.10 / 18 CERTIFICAÇÃO INMETRO C/ O NÚMERO E O LOGOTIPO DO SELO E A DATA DE FABRICAÇÃO (SEMANA/ANO) IMPRESSOS NA CARÇAÇA. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	16	R\$ 1.013,33	R\$ 16.213,28
23	CÂMARA DE AR PARA PNEU 4.10/3.50 X 6 – TR13 (EXTRUSORA) Aplicação: Pneu 4.10/3.50 x 6 – uso em mini veículos, carrinhos industriais, equipamentos leves Tipo de válvula: TR13 – reta, padrão para aro 6 Construção: EXTRUSADA – maior resistência e uniformidade Material: Borracha butílica de alta qualidade Compatibilidade: Pneu radial novo 4.10 / 18 Certificação: INMETRO – com número de registro, logotipo do selo e data de fabricação (semana/ano) impressos na carcaça Tipo: COM CÂMARA (TT – Tube Type) Peso: Aproximadamente 0,45 kg Garantia: Mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação DOT: 2024 ou superior – fabricação recente, ideal para uso prolongado	316808	20	R\$ 216,33	R\$ 4.326,60
	PNEU 18.4 X 30 TRACIONAL (ROLO				

24	COMPACTADOR) (UND) PNEU 18.4 X 30, ÍNDICE DE CARGA 130, ÍNDICE DE VELOCIDADE A7, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 25 MM, 10 LONAS, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: R 1 COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR	316808	16	R\$ 9.606,67	R\$ 153.706,72
25	PNEU 18.4 X 38 TRACIONAL (ROLO COMPACTADOR) (UND) PNEU 18.4 X 38, ÍNDICE DE CARGA 130, ÍNDICE DE VELOCIDADE A7, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 25 MM, 10 LONAS, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: R 1 COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2023 OU SUPERIOR.	316808	20	R\$ 10.943,33	R\$ 218.866,60
26	PNEU 13.00 X 24 COM CÂMARA TRACIONAL (ROLO COMPACTADOR LISO) (UND) PNEU 1300 X 24, ÍNDICE DE CARGA 143, ÍNDICE DE VELOCIDADE A8, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 22 MM, NÚMERO DE LONAS:12, DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	20	R\$ 7.088,00	R\$ 141.760,00
27	PNEU 1100 X 20 (ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO) (UND) PNEU 1100 X 20, LISO PARA EMPREGO EM ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	20	R\$ 10.521,00	R\$ 210.420,00
28	PNEU 13/80 R20 (ROLO COMPACTADOR CW34) PNEU LISO 13/80 R20 PARA EMPREGO EM ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	20	7.862,67	R\$ 157.253,40
29	PNEU 14.9 X 28 DIRECIONAL COM CÂMARA (TRATOR AGRÍCOLA DIANTEIRO) (UND) PNEU 14.9X28 ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE A7, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 34 MM APLICAÇÃO R- 1,10LONAS, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	20	R\$ 6.390,67	R\$ 127.813,40
30	PNEU 23.1 X 30 TRACIONAL COM CÂMARA (TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO) (UND) PNEU 23.1X30 ÍNDICE DE CARGA 154 APLICAÇÃO R-1, 12 LONAS, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	20	R\$ 12.647,33	R\$ 252.946,60
31	PNEU 10 X 16.5 (MINITRATOR MULTIUSO) (UND) PNEU 10X 16.5 PARA TRATORES MULTIUSO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	20	R\$ 3.741,00	R\$ 74.820,00
32	PNEU 620/75 R26 (RECICLADORA) PNEU 620/75 R 26, SEM CÂMARA, PARA APLICAÇÃO EM RECICLADORA DE MATERIAL, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E	13618	12	R\$ 21.559,00	

	NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR.				R\$ 258.708,00
33	PNEU 12.5 R 20 (AUTOBETONEIRA)	13618	16	R\$ 5.816,67	R\$ 93.066,72
34	PNEU 20.5X25 (CARREGADEIRA) PNEU 20.5X25, ÍNDICE DE VELOCIDADE A2, SEM CÂMARA, NÚMERO DE LONAS:16 OU 20 LONAS, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: L3. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	12	R\$ 14.387,93	R\$ 172.655,16
35	PNEU 17.5 X 25 (MOTONIVELADORA) (UND) PNEU 17.5 X 25,ÍNDICE DE VELOCIDADE A8 NÚMERO DE LONAS: 16,CÓDIGO DE APLICAÇÃO: L2-G2. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	50	R\$ 9.084,00	R\$ 454.200,00
36	PNEU 23.1X26 (ROLOS COMPACTADORES) (UND) PNEU 23.1X26, NÚMERO DE LONAS: 12 OU 16, NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	02	R\$ 19.923,69	R\$ 39.847,38
37	PNEU 12X16.5 (MINICARREGADEIRA)(UND)PNEU 12X16.5 NÚMERO DE LONAS: 12, NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	16	R\$ 4.287,67	R\$ 68.602,72
38	PNEU 18.4X34 (TRATOR AGRICOLA JHON DEERE DIANTEIRO) (UND) PNEU 18.4X26,NÚMERO DE LONAS: 12, NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	16	R\$ 8.469,00	R\$ 135.504,00
39	PNEU 24.5X32 (TRATOR AGRICOLA JHON DEERE TRASEIRO) (UND) PNEU 24.5X32, NÚMERO DE LONAS: 12, NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	16	R\$ 13.783,05	R\$ 220.528,80
40	PNEU 23.5X25 (CARREGADEIRA) PNEU 23.25,ÍNDICE DE VELOCIDADE A2 , SEMCÂMARA, NÚMERO DE LONAS:16 OU 20 LONAS, CÓDIGO DE APLICAÇÃO: L3. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	16	R\$ 18.744,05	R\$ 299.904,80
41	PNEU 20X8.00 TRASEIRO PNEU PARA USO EM MICRO TRATOR CORTADOR DE GRAMA AUTO PROPULSADO DE USO SEM CÂMARA, COM LARGURA NOMINAL DE 8 ,DIÂMETRO INTERNO DE 8 E PERFIL DE 20 (20X8.00-8) APLICADO NO CONJUNTO TRASEIRO. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	10	R\$ 1.424,13	R\$ 14.241,30
42	PNEU DIANTEIRO 15X6.00 PNEU VEÍCULO TRATOR GASOLINA CORTADOR GRAMA MURRAY/TRAP P 15X6.00- 6NHS. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	10	R\$917,87	R\$ 9.178,70
43	PNEU 650/75 R32 TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO (UND) PNEU 650/75 R32, APLICAÇÃO R1, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	12	R\$ 27.987,33	R\$ 335.847,96

44	PNEU 16.9-R28 (TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO) (UND) PNEU 16.9-R28, APLICAÇÃO R-1, CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	12	R\$ 8.801,88	R\$ 105.622,56
45	PNEU 18.5/80 R18 RETROESCAVADEIRA) (UND) PNEU 18.5/80 R18, APLICAÇÃO, SEM CÂMARA, CERTIFICAÇÃO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES. DOT 2024 OU SUPERIOR	13618	10	R\$ 6.375,00	R\$ 63.750,00
46	PNEU 265 70R 17 (UND) PNEU 265/70 R 16, ÍNDICE DE CARGA 123/120, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 11MM, 8 LONAS, PARA EIXOS DIRECIONAIS E LIVRES OU TRAÇÃO MODERADA, TIPO DE SERVIÇO REGIONAL E URBANO OU RODOVIÁRIO, SEM CÂMARA, NOVO, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO E NORMAS DA ABNT VIGENTES, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	10917	8	R\$ 1.432,67	R\$ 11.461,36
47	PNEU 10-16.5, Largura 10", Perfil 87", Aro 16.5, Diâmetro total em mm 825.5, Tipo de construção DIAGONAL, Tipo de terreno OFF ROAD, Tipo de Montagem SEM CÂMARA, TRA R4, NOVO, Quantidade de Lonas 10, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	16	R\$ 3.881,98	R\$ 62.111,68
48	Pneu 1400-24 (motoniveladora), NÚMERO DE LONAS: 20 LONAS, Dimensões aproximadas do produto (AxLxP)128.0 x31.3x130.5, MISTO, NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	80	R\$ 8.394,00	R\$ 671.520,00
49	Pneu 12.5/80-18, NÚMERO DE LONAS 16 Lonas, Categoria: Agrícola, MISTO, Terreno: Todo Terreno, Índice de Carga:(2625 Kg / Por Pneu) Largura: 350mm Diâmetro: 1001mm, Montagem: Sem Câmara, NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	25	R\$ 6.202,00	R\$ 155.050,00
50	PNEU 6.90/6.00-9 10PR, PL801 Índice de carga: 121 (1450 kg) - Variável Índice de velocidade: A5 (25 Km/h) - Variável Capacidade de Lonas (PR): 12 lonas Profundidade dos Sulcos: 13,5 mm Construção: DIAGONAL Tipo: COM CÂMARA (TT) Peso: 9,32 kg Desenho: IND - INDUSTRIAL Tipo de Terreno: TERRA / VIAS PAVIMENTADAS Tala da roda / Aro aprovado: 4.00E Largura da Seção: 157 mm Diâmetro Externo: 543 mm, NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	13618	12	R\$ 2.205,00	R\$ 26.460,04
	PNEU 255/60 R18 112H, HT SUV Índice de carga: 112 (1120 kg) – Variável Índice de velocidade: H (210 Km/h) – Variável Capacidade de Lonas (PR): 4 lonas Profundidade dos Sulcos: 9,0 mm Construção: RADIAL Tipo: SEM CÂMARA (TL) Peso: 14,2 kg Desenho: HT – HIGHWAY				

51	TERRAIN Tipo de Terreno: ASFALTO / VIAS PAVIMENTADAS Tala da roda / Aro aprovado: 7.0J a 8.5J Largura da Seção: 255 mm Diâmetro Externo: 763 mm NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR. (VEICULO: AMAROK)	10917	12	R\$ 1.821,67	R\$ 21.860,04
52	BATERIA AUTOMOTIVA DE 150AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 150 AH, CCA 900 A OU SUPERIOR, RC 230MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	3467	100	R\$ 1.856,33	R\$ 185.633,00
53	BATERIA AUTOMOTIVA DE 100AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 100 AH, CCA 750 A OU SUPERIOR, RC 150 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	3467	100	R\$ 1.678,67	R\$ 167.867,00
54	BATERIA AUTOMOTIVA DE 90AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 90 AH, CCA 700 A OU SUPERIOR, RC 165 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	3467	50	R\$ 1.378,33	R\$ 68.916,50
55	BATERIA AUTOMOTIVA DE 70AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 70 AH, CCA 500 A OU SUPERIOR, RC 115 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE	3467	50	R\$ 1.132,00	R\$ 56.600,00

	2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA. ISO TS 16949. ISO 14001				
56	BATERIA AUTOMOTIVA DE 60AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 60 AH, CCA 440 A OU SUPERIOR, RC 90 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	3467	50	R\$ 1.062,67	R\$ 53.133,50
57	TERMINAL DE BATERIA.	12655	200	R\$ 24,83	R\$ 4.966,00

TOTAL ENTREGA EM MACAPÁ-AP: R\$ 9.000.362,13

1.1.2 Entrega no 8º Batalhão de Engenharia de Construção, com sede na Rod. Santarém-Cuiabá, 7367 - Santarém, PA, 6803;

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT MAT	QTD	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	PNEU 1000 R 20 DIRECIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1000 X 20, ÍNDICE DE CARGA 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 12,9 MM, NÚMERO DE LONAS: 16, PARA EIXOS DIRECIONAIS OU LIVRES, COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294170	30	R\$ 3.565,67	R\$ 106.970,10
2	PNEU 1000 R 20 TRACIONAL RODOVIARIO (UND) PNEU 1000 X 20, ÍNDICE DE CARGA 146/143, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE DE SULCOS NO MÍNIMO DE: 19,7 MM, NÚMERO DE LONAS:16, PARA EIXOS DE TRAÇÃO, COM CÂMARA E PROTETOR, TIPO DE SERVIÇO: RODOVIÁRIO. NOVO. DOT 2024 OU SUPERIOR	294170	90	R\$ 3.626,67	R\$ 326.400,30
	PNEU AUTOMOTIVO 265/70 R16 MISTO, (ASFALTO/TERRA), SEM				

3	CÂMARA, RADIAL, DE PRIMEIRA LINHA COM CERTIFICADO DO INMETRO, DENTRO DAS NORMAS DA ABNT. DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	16	R\$ 1.460,00	R\$ 23.360,00
4	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO PNEU 185/65 R15. PNEU PARA VEÍCULOS DE PASSEIO, MEDIDA 185 /65 R15, UTILIZAÇÃO EM EIXO TRAÇÃO/DIRECIONAL, EMPREGO EM PERCURSO MISTO (ASFALTO /TERRA), ÍNDICE DE CARGA /VELOCIDADE MÍNIMO 86T, SIMILAR OU SUPERIOR GOODYEAR ASSURANCE. DOT 2024 OU SUPERIOR.	264581	16	R\$ 914,00	R\$ 14.624,00
5	PNEU 185/60 R15 84H, P1 CINTURATO Índice de carga: 84 (500 kg) – Variável Índice de velocidade: H (210 Km/h) – Variável Capacidade de Lonas (PR): 4 lonas Profundidade dos Sulcos: 8,5 mm Construção: RADIAL Tipo: SEM CÂMARA (TL) Peso: 8,2 kg Desenho: P1 – URBANO / ECONÔMICO Tipo de Terreno: ASFALTO / VIAS PAVIMENTADAS Tala da roda / Aro aprovado: 5.5J Largura da Seção: 185 mm Diâmetro Externo: 603 mm NOVO, GARANTIA DE 05 ANOS. DOT 2024 OU SUPERIOR.	264581	30	R\$ 1.383,33	R\$ 41.499,90
6	PNEU 295/80 R 22.5 DIRECIONAL MISTO (UND) PNEU 295/80 R 22,5 ÍNDICE DE CARGA (IC) 152/148; ÍNDICE DE VELOCIDADE (IV) K; CARGA SIMPLES/ DUPLO(KG) 3550/3150; ARO RECOMENDADO (POL) 9; ARO OPCIONAL (POL) 8,25; PROFUNDIDADE DOS SULCO 15,5 MM; PNEU NOVO LARGURA DA SEÇÃO +/- 2% (MM) 298; DIÂMETRO TOTAL +/- 2 1044. PARA EIXO LIVRE, TIPO DE SERVIÇO MISTO.DOT 2024 OU SUPERIOR.	316808	15	R\$ 5.033,33	R\$ 75.499,95
	BATERIA AUTOMOTIVA DE 150AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 150 AH, CCA 900 A OU SUPERIOR, RC 230MIN OU				

7	SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	265471	30	R\$ 1.856,33	R\$ 55.689,90
8	BATERIA AUTOMOTIVA DE 100AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 100 AH, CCA 750 A OU SUPERIOR, RC 150 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 15 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	245348	30	R\$ 1.678,67	R\$ 50.360,10
9	BATERIA AUTOMOTIVA DE 90AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 90 AH, CCA 700 A OU SUPERIOR, RC 165 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.	245348	20	R\$ 1.378,33	R\$ 27.566,60
	BATERIA AUTOMOTIVA DE 70AH. BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 70 AH, CCA 500 A OU SUPERIOR, RC 115 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO				

10	<p>CÔNICO,</p> <p>GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE</p> <p>SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA. ISO TS 16949. ISO 14001</p>	268622	20	R\$ 1.132,00	R\$ 22.640,00
11	<p>BATERIA AUTOMOTIVA DE 60AH. BATERIA</p> <p>AUTOMOTIVA SELADA 12V, C20 60 AH, CCA 440 A OU SUPERIOR, RC 90 MIN OU SUPERIOR, PÓLO TERMINAL TIPO CÔNICO, GARANTIA MÍNIMA DE 18 MESES. TAMPA COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO, ALÇA DE</p> <p>SEGURANÇA EXCLUSIVA PARA FACILITAR O TRANSPORTE, PASTILHAS ANTICHAMAS E INDICADOR DE CARGA, RESPIRADOR, SEPARADORES DE POLIETILENO. SELO DE CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, NOS TERMOS DA PORTARIA INMETRO Nº 299, DE 14 DE JUNHO DE 2012. DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 3 MESES NA DATA DA ENTREGA.</p>	238296	20	R\$ 1.062,67	R\$ 21.253,40

TOTAL ENTREGA EM SANTARÉM-PA: R\$ 765.864,25

1.2. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.3 *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.4. Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: xxxxxxxx;
- II. Data de publicação no PNCP: xxxxxx;
- III. Id do item no PCA: xxxxxx
- IV. IV) Classe/Grupo: xxxx

V) Identificador da Futura Contratação: xxxxxxxx

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de (30) trinta dias (corridos), contados a partir da assinatura do contrato, em remessa única ou referente a quantidade empenhada.*

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguintes endereços: **TABELA 1.1.1.** Entrega no Canteiro de Obras do Destacamento MATAPI, na Rodovia BR 156 AP Sul, Km 239 Laranjal do Jari/Macapá, distante 4,7 km da rotatória de interseção com a BR 210. Coordenadas Geográficas: LAT 0° 14'14.5" N LONG 51°08'32.1" O CEP:68908- 575 Macapá-AP, **TABELA 1.1.2** Entrega no 8º Batalhão de Engenharia de Construção, com sede na Rod. Santarém-Cuiabá, 7367 - Santarém, PA, 6803;

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.3. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **(10) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **(8) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **(4) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice da tabela (SINAPI) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1.A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/01/2026.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será [integral ou parcelado correspondente a nota de empenho].

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos Agricultor familiar pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] de [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] de [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Objeto deverá ser compatível com os itens nos quais está classificado.

9.30.1.2. Ter fornecido no mínimo de 10%(dez por cento) do total do quantitativo estimado do item.

9.30.1.3. Em relação aos licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar.

9.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4. O registro previsto na; Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o, ou art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971 uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.766.226,038 ((nove milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos) , conforme custos unitários aposto na [tabela].

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Conforme amparo no Artigo 17º, do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Santarém, 11 de Dezembro de 2025.



Documento assinado digitalmente
LUCAS SOUSA CASTRO
Data: 07/05/2026 11:46:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCAS SOUSA CASTRO

Equipe de Apoio

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Sem anexo.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1 Sem anexo.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS SOUSA CASTRO

Equipe de apoio